





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA GABINETE DO VEREADOR CABO FONSECA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA **MUNICIPAL DE CARIACICA - ES**

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2025

O Vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas a que são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, nos termos do art. 115, da Resolução nº. 378/91 (Regimento Interno da Câmara de Cariacica), vem à presença de Vossa Excelência e demais Senhores Vereadores apresentar EMENDA MODIFICATIVA, ao PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2025 em destaque:

EMENDA MODIFICATIVA:

Art. 16. A aplicação das penalidades de suspensão temporária do exercício do mandato por até 6 (seis) meses, sem subsídio, e de perda do mandato é de competência exclusiva do Plenário da Câmara Municipal, cuja deliberação darse-á em votação aberta, nominal e por maioria absoluta de seus membros, mediante provocação da Mesa Diretora ou de Partido Político com representação na Casa, após a conclusão de processo disciplinar instaurado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos deste Código.

Que passa a ter a seguinte redação:



Art. 16. A aplicação das penalidades de suspensão temporária do exercício do mandato por até 6 (seis) meses, sem subsídio, e de perda do mandato é de competência exclusiva do Plenário da Câmara Municipal, cuja deliberação darse-á em votação aberta, nominal e por 2/3 de seus membros, mediante provocação da Mesa Diretora ou de Partido Político com representação na Casa, após a conclusão de processo disciplinar instaurado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos deste Código.

Justificativa

A presente Emenda Modificativa tem por objetivo adequar o artigo 16 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Cariacica, visando corrigir erro material e promover maior equidade e segurança jurídica na aplicação das penalidades.

1. Modificação do quórum para deliberação do Plenário

- o O texto original prevê deliberação por maioria absoluta dos membros do Plenário.
- Propõe-se alteração para que a decisão seja tomada por 2/3 dos vereadores, garantindo maior estabilidade, equidade e consonância com outras legislações municipais, estaduais e federais, que adotam quórum qualificado para penalidades graves.
- Tal alteração reforça o princípio do devido processo legal, previsto no artigo 5º, LIV, da Constituição Federal, assegurando que decisões que afetam prerrogativas parlamentares e o exercício do mandato sejam tomadas com consenso qualificado, evitando decisões precipitada ou politicamente motivadas.

2. Observância do rito previsto no Código e no Regimento Interno

o O procedimento permanece submetido ao rito processual disciplinar previsto no Código, respeitando os princípios da ampla defesa e contraditório, conforme garantias constitucionais

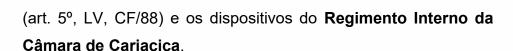












A alteração reforça a segurança jurídica e a coerência institucional, prevenindo nulidades processuais e garantindo que a sanção seja aplicada de forma legítima, proporcional e colegiada.

Portanto, a presente emenda modificativa aumenta a legitimidade das deliberações do Plenário e harmoniza o texto com o ordenamento jurídico municipal, estadual e federal, assegurando proteção ao mandato do vereador e credibilidade às decisões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Plenário Vicente Santório Fantini, 25 de Setembro de 2025.

FÁBIO BARBOSA DA FONSECA VEREADOR

E-mail: ver.cabofonseca@camaracariacica.es.gov.br

